



PREFEITURA DO
RECIFE

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 9ª Reunião da Câmara Técnica de Planejamento, Controle Urbano e Meio Ambiente

Local: Sala de Reunião da SEPLAN/PCR – 5ª andar
Data: 27 de setembro de 2017 / Horário: 09h às 12h

PAUTA:

- ✓ Estudos de Impacto de Vizinhança
- ✓ Outros informes.

Participantes da reunião da Câmara Técnica:

- ✓ Dos Conselheiros do poder público presentes: João Domingos de Azevedo, José Fernandes Jr e Sandra Nunes.
- ✓ Dos Conselheiros de Entidades profissionais acadêmicas, de pesquisa e conselhos profissionais e ONGs: Danielle Rocha (UFPE).
- ✓ Dos Conselheiros representando o Empresariado: Sandro Guedes (ADEMI).
- ✓ Dos Conselheiros de Representantes do segmento de entidades sindicais de categorias profissionais ligadas ao desenvolvimento urbano, movimentos sociais e populares com atuação na temática urbana ou ambiental: Socorro Leite (HABITAT) e Leonardo Cisneiros (DU).
- ✓ Dos técnicos da PCR e convidados: Socorro Cavalcanti (Poder Público), Adriana Figueira (Poder Público), Mônica Loreto (Poder Público), Jane Toscano (Poder Público), Fernando de Alcântara (Poder Público), Ana Patrícia Uchoa (Poder Público) e Eliane Cabral (Poder Público).

Resumo da reunião:

- ✓ João Domingos (Poder Público) abriu a reunião às 09h29, conferindo o atendimento ao quórum. Informou a pauta e fez referência à proposta de retomar a agenda de discussão sobre o Plano Santo Amaro Norte, como também o processo de discussão referente ao POT.
- ✓ Leonardo Cisneiros (DU) lembrou que está pendente a resposta ao MP sobre o Plano de Santo Amaro Norte, e Danielle Rocha (UFPE) lembrou pendência em relação ao emprego dos recursos captados mediante emprego da Outorga Onerosa para o Fundo de Desenvolvimento Urbano, durante o período da Copa 2014, como também de outras fontes.
- ✓ Com relação à agenda João Domingos (Poder Público) solicitou compatibilizar as datas reservadas para as câmaras de modo a não haver choque. A CT de Planejamento está prevista para segunda quarta-feira de cada mês, marcada para o dia 18/10, contudo, informou que não poderá estar presente nesse dia solicitando acordar com os membros da CT uma nova data. Diante da justificativa apresentada os membros da CT presentes acertaram realizar a reunião no dia 16/10, às 14h, com pauta sobre o Plano de Santo Amaro Norte. Deu continuidade a reunião informando sobre o POT que já se encontra homologado pelo Banco Mundial, sendo feita a classificação das empresas por pontuação técnica. Justificou que dentre os procedimentos adotados pelo BIRD, é dado um prazo para as empresas melhorarem suas pontuações, processo que se encontra em

1

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 9ª Reunião da Câmara Técnica de Planejamento, Controle Urbano e Meio Ambiente

curso. A partir da conclusão dessa negociação os termos serão homologados pelo BIRD sendo posteriormente encaminhado ao setor jurídico, nessa etapa é que se desfaz o sigilo do processo licitatório.

- ✓ Socorro Leite (HABITAT) perguntou o tempo para a conclusão desse processo.
- ✓ João Domingos (Poder Público) informou que aproximadamente em um mês se terá a finalização do processo com a escolha da empresa vencedora.
- ✓ Danielle Rocha (UFPE) perguntou sobre a metodologia que será desenvolvida para a execução do Plano.
- ✓ João Domingos (Poder Público) respondeu que a CT de Planejamento pode encaminhar essa discussão metodológica, como já vem acontecendo com a discussão dos instrumentos urbanísticos, pois deverá contribuir com o amadurecimento de propostas no momento em que a discussão do POT for iniciada.
- ✓ Socorro Leite (HABITAT) perguntou o tempo previsto para o desenvolvimento do POT.
- ✓ João Domingos (Poder Público) respondeu que poderá levantar informações sobre esse aspecto.
- ✓ Socorro Leite (HABITAT) manifestou sua preocupação, pois considera o sigilo do processo de contratação exigido pelo BIRD, um entrave para planejar a participação da CT de Planejamento e do Conselho no processo elaboração do POT.
- ✓ João Domingos (Poder Público) enfatizou a exigência do BIRD sobre esse aspecto, mas que considera não impeditivo para desenvolver o processo de participação. Exemplificou que as quatro empresas que se habilitaram à concorrência, propuseram procedimentos que não estava previsto no escopo do TR, o que poderá ser absorvida a proposta no momento da execução.
- ✓ José Fernandes (Poder Público) colocou que a revisão do PD já se encontra em curso, pois independente da consultoria, a missão de executar a revisão do PD já esta posta e que o ICPS já tem uma série de estudos e material levantado e produzido para subsidiar o debate, e que espera que os demais segmentos também apresentem suas contribuições.
- ✓ Socorro Leite (HABITAT) considerou que a CT deve conhecer mais os estudos que estão sendo realizados, e sugeriu que a CT finalize o ano com informações mais claras sobre o processo de discussão do PD.
- ✓ Leonardo Cisneiros (DU) questionou sobre a decisão política de ter escolhido a forma de contratação via BIRD. Lembrou que na CT de habitação, Socorro Leite (HABITAT) solicitou um estudo, sendo informada de que não estava entre os produtos contratados, a empresa executora. Preocupa-se, portanto, com esse aspecto. Lembrou que a revisão do PD anterior levou três anos


2

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 9ª Reunião da Câmara Técnica de Planejamento, Controle Urbano e Meio Ambiente

para ser concluída, exemplificou que no município de BH o PD ficou travado na Câmara de Vereadores. Reafirmou que a preocupação se dá pelo fato de não se ter informações sobre os produtos que estão sendo contratados e se a PCR não poderia investir recurso próprio para antecipar o prazo para a revisão do PD.

- ✓ João Domingos (Poder Público) colocou que em relação ao tempo para contratação dos estudos poderá ser compensado pelo trabalho já iniciado com os estudos em processo no ICPS e nas discussões da CT de Planejamento. Retomou a questão levantada em reunião anterior sobre o MP e informou que a resposta da PCR ao MP não foi repassada ainda para o ICPS. A solicitação foi feita pelo Secretário de Planejamento Urbano Antônio Alexandre, para receber essa resposta da SAJ. Quanto à solicitação de ampliar o prazo para favorecer as discussões sobre o Plano de Santo Amaro Norte, um novo prazo já foi dado inclusive por meio do Diário Oficial - DO.
- ✓ Leonardo Cisneiros (DU) reafirmou a necessidade de a Câmara saber a resposta dada pela PCR ao MP. Solicitou que a secretaria da CT faça um ofício a SEMOC solicitando informações sobre os investimentos do Fundo de Desenvolvimento Urbano.
- ✓ José Fernandes (Poder Público) antes de iniciar sua apresentação sobre Regulamentação dos Estudos de Impacto de Vizinhança parabenizou a SEPLAN pelos eventos recentemente realizados da Audiência Pública sobre a Política de Mobilidade e do Seminário sobre a Preservação do Patrimônio do Recife. Repassou as agendas dessa semana, onde informou que: dia 27/09 ocorrerá a CT de Unidades Protegidas do COMAM, sobre a possibilidade de loteamento de IPAV com área superior a 6,25ha, no dia 28/09, ocorrerá a CT de Habitação, que tratará das Escutas por RPAs para elaboração do PLHIS e no dia 11/10, ocorrerá a CT de Saneamento que dará continuidade à discussão dos Planos de Drenagem e Saneamento. Contextualizou a discussão sobre instrumentos com ênfase no EIV. Fez uma retrospectiva do processo de discussão do EIV e da continuidade desse debate na CT de Planejamento. Destacou que a principal alteração da proposta inicial se deu no sentido da compatibilização das análises ambientais e urbanísticas dos empreendimentos de impacto.
- ✓ Sobre a integração entre AIA e EIV, João Domingos (Poder Público) ressaltou que se dará por meio de um documento único.
- ✓ Danielle Rocha (UFPE) lembrou que o EIV tem o objetivo de atender estudos de impactos que não são contemplados pelos EIA.
- ✓ José Fernandes (Poder Público) apresentou proposta de procedimentos para continuar o debate do EIV na CT de Planejamento, enfatizando que esta deve se posicionar e elaborar um relatório para o Conselho da Cidade. Destacou aspecto do Regimento do Conselho para orientar a elaboração desse relatório pela CT, que pode ser feita pela forma de moção, relatório ou parecer. Destacou que essa discussão tem muitos aspectos a serem aprofundados, que provavelmente não se cumpra em uma reunião, mas que acha importante se definir como indicativo dessa reunião um prazo e formas de como produzir esse relatório a ser encaminhado para o Conselho da Cidade.

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 9ª Reunião da Câmara Técnica de Planejamento, Controle Urbano e Meio Ambiente

- ✓ João Domingos (Poder Público) apresentou procedimentos de como poderia ser feita a leitura do relatório, adotando destaques para a sua sistematização. Contudo, avalia que não cabe a CT decidir sobre as proposições do relatório, mas ao Plenário do Conselho da Cidade. Propôs a apresentação de uma minuta que poderá ter ou não aval da CT, devendo ser considerados também os pontos polêmicos. Caso a Câmara possa conciliar sobre pontos conflitantes será apresentado ao plenário do Conselho da Cidade os pontos acordados e os conflitantes. Lembrou que o Plenário do Conselho da cidade é soberano, e pode propor questões que não tenham sido vistas pela própria CT.
- ✓ Sandro Guedes (ADEMI) colocou que o estudo de impacto é importante para a avaliação dos projetos. Lembrou que atualmente, o Recife utiliza o Memorial Justificativo de Impacto para os empreendimentos que em certa medida atende a exigência do Ministério da Cidade quanto ao conteúdo do EIV.
- ✓ João Domingos (Poder Público) solicitou que se definissem a forma de como a CT vai produzir esse relatório.
- ✓ Socorro Leite (HABITAT) colocou que deve se pactuar os estudos considerando o tempo de elaboração do PD.
- ✓ Sandro Guedes (ADEMI) informou que existe um grupo, que inclui a ADEMI e SIDUSCOM, que produziram 26 propostas sendo umas aceitas e outras não.
- ✓ João Domingos (Poder Público) defendeu que no momento, essa questão se encontra em processo de afunilamento. O que não se deve fazer é parar o processo e isso não impede de considerar o que ADEMI tem de estudo com relação aos empreendimentos.
- ✓ José Fernandes (Poder Público) retomou sua apresentação, repassando informe sobre um Seminário de Lançamento do Caderno Técnico do Ministério da Cidade e Curso de Ensino à Distância sobre o EIV, sendo abertas as inscrições no dia 10/10.
- ✓ João Domingos (Poder Público) iniciou a apresentação da Minuta de Regulamento do EIV. No decorrer da leitura foram vistos pontos de contribuições da sociedade e propostas de alteração elaboradas pelo Poder Executivo do Município.
- ✓ Leonardo Cisneiros (DU) sugeriu que fosse visto todo o documento, incluindo as propostas da ADEMI, para que seja avaliada por outras representações integrantes da câmara. No decorrer da leitura, levantou sua preocupação com as definições pertinentes ao EIV e de outras leis do licenciamento.
- ✓ José Fernandes (Poder Público) prestou esclarecimentos sobre alguns aspectos relacionados à legislação e procedimentos relativos aos licenciamentos urbanístico e ambiental que estão sendo observados no processo de sua compatibilização para a análise do EIV.

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

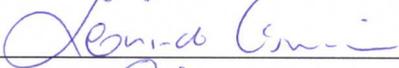
Ata da 9ª Reunião da Câmara Técnica de Planejamento, Controle Urbano e Meio Ambiente

- ✓ Leonardo Cisneiros (DU) sugeriu, como encaminhamento, que a minuta deva ser apresentada com as propostas que tem relação com o licenciamento ambiental de forma separada e convidar o COMAM para essa discussão.
- ✓ João Domingos (Poder Público) colocou que todos os empreendimentos de impacto ambiental continuam sendo analisados pelas áreas do meio ambiente. A diferença é que essa análise era feita de forma desarticulada, hoje está se propondo que essa análise seja registrada num único documento. Enfatizou que a câmara é de planejamento e meio ambiente, o que se pode encaminhar é solicitar da Secretaria de Meio Ambiente repassar essa discussão para o COMAM.
- ✓ José Fernandes (Poder Público) considerou que essa questão deve ser destacada para aprofundamento do debate e propôs que se continuasse a leitura da minuta apresentada, pontuando os destaques.
- ✓ João Domingos (Poder Público) enfatizou sua preocupação com relação da dinâmica de discussão do texto de regulamento do EIV. Considerou que as contribuições recebidas, por vezes são antagônicas, caso não se consiga estabelecer consensos deve ser visto como se dará o encaminhamento. Considerou importante marcar uma data para dar continuidade a essa discussão. Retomou-se a leitura do documento efetuando-se os destaques. Ao finalizar a leitura, sugeriu aos conselheiros trazer suas propostas, para facilitar o debate na próxima reunião.

Encaminhamentos:

- ✓ Próxima reunião 16/10/17, às 14h – Pauta: Plano Santo Amaro Norte.
- ✓ Reunião dia 25/10/17, às 09h – Pauta: EIV.

Conselheiros presentes que integram a Câmara Técnica:

NOME/INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
Danielle Rocha (UFPE)	
João Domingos de Azevedo (Poder Público)	
José Fernandes Júnior (Poder Público)	
Leonardo Cisneiros (DU)	
Sandra Nunes (Poder Público)	
Sandro Guedes (ADEMI)	
Socorro Leite (HABITAT)	